



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de

Analista Judiciário - Área Judiciária

Sem Especialidade



Prova Grupo H, Tipo 1

000000000000000000

00001-001-001

Nº de Inscrição

MODELO

P R O V A

**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Redação Oficial**

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.
 - contém o tema da Redação Oficial e espaço destinado ao rascunho.

Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.

Não serão aceitas reclamações posteriores.

- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.
- transcrever a Redação Oficial no Caderno de Respostas, no espaço a ela destinado.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Em nenhuma hipótese o rascunho da Redação Oficial será considerado na correção.
- Não será permitido o uso de quaisquer outras folhas de papel para rascunho da Redação Oficial.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas, bem como para elaborar a Redação Oficial e transcrevê-la para o Caderno de Resposta correspondente.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e o Caderno de Resposta da Redação Oficial.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Maio/2004

CONHECIMENTOS GERAIS

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto que segue.

Justiça e burocracia

A finalidade maior de todo processo judicial é chegar a uma sentença que condene o réu, quando provada a culpa, ou o absolva, no caso de ficar evidenciada sua inocência ou se nada vier a ser efetivamente comprovado contra ele. O pressuposto é o de que, em qualquer dos casos, a sentença terá sido justa. Mas nem sempre isso ocorre. O caminho processual é ritualístico, meticuloso, repleto de cláusulas, de brechas para interpretação subjetiva, de limites de prazos, de detalhes técnicos – uma longa jornada burocrática, em suma, em que pequenos subterfúgios tanto podem eximir de condenação um culpado como penalizar um inocente. Réus poderosos contam com equipes de advogados particulares experientes e competentes, ao passo que um acusado sem recursos pode depender de defensores públicos mal remunerados e indecisos quanto à melhor maneira de conduzir um processo.

No limite, mesmo os réus de notória culpabilidade, reincidentes, por exemplo, em casos de corrupção, acabam por colecionar o que cinicamente chamam de “atestados de inocência”, sucessivamente absolvidos por força de algum pequeno ou mesmo desprezível detalhe técnico. Quanto mais burocratizados os caminhos da justiça, maior a possibilidade de que os “expedientes” das grandes “raposas dos tribunais” se tornem decisivos, em detrimento da substância e do mérito essencial da ação em julgamento. A burocracia dos tortuosos caminhos judiciais enseja a vitória da má-fé e do oportunismo, em muitos casos; em outros, multiplica entraves para que uma das partes torne evidente a razão que lhe assiste.

(Domiciano de Moura)

1. Deduz-se da leitura do texto que a relação entre a **garantia de justiça** e a **excessiva burocratização** dos procedimentos jurídicos
- (A) é necessariamente complementar, já que não se pode admitir a primeira sem o concurso da segunda.
 - (B) constitui um paradoxo, pois a segunda implica a sistemática e completa exclusão da primeira.
 - (C) é freqüentemente conflituosa, pois a segunda pode representar um obstáculo para a efetivação da primeira.
 - (D) implica um contra-senso, pois cada um dos ritos de um processo já é injusto em si mesmo.
 - (E) é harmônica, pois o detalhismo burocrático favorece a lisura de cada um dos procedimentos e da sentença final.

2. Atente para as seguintes afirmações:
- I. No primeiro parágrafo, a expressão *em qualquer dos casos* está-se referindo a *no caso de ficar evidenciada sua inocência* e a *se nada vier a ser efetivamente comprovado*.
 - II. No segundo parágrafo, a expressão *notória culpabilidade* alude aos casos em que o processo judicial e a sentença final não deixam dúvida quanto à culpa do acusado.
 - III. No segundo parágrafo, defende-se a tese de que a excessiva burocratização dos caminhos da justiça permite que um detalhe técnico acessório adquira mais importância que o mérito substantivo do processo.
- Em relação ao texto, está correto SOMENTE o que se afirma em
- (A) I e II.
 - (B) II e III.
 - (C) I.
 - (D) II.
 - (E) III.

3. No segundo parágrafo, a utilização de palavras ou expressões entre aspas deixa evidente a preocupação do autor em
- (A) destacar o emprego técnico de conceitos que são básicos na linguagem jurídica.
 - (B) chamar a atenção para o fato de que está citando elementos do texto de um jurista.
 - (C) enumerar valores e atitudes que devem caracterizar a ética processual.
 - (D) ressaltar o tom pejorativo com que se refere a certos aspectos das práticas jurídicas.
 - (E) identificar as etapas burocráticas que demonstram a rigidez dos ritos processuais.

4. Na construção do texto, o autor se valeu de uma série de **oposições**, das quais constitui exemplo a estabelecida entre
- (A) *réus de notória culpabilidade* / *casos de corrupção*.
 - (B) *advogados particulares* / *defensores públicos*.
 - (C) *burocracia dos tortuosos caminhos* / *vitória da má-fé e do oportunismo*.
 - (D) *desprezível detalhe técnico* / *pequenos subterfúgios*.
 - (E) *“expedientes”* / *“raposas dos tribunais”*.

5. A frase em que se respeitam plenamente as regras de concordância verbal é:
- (A) “Raposas dos tribunais” é a expressão com a qual muitos identificam os advogados matreiros, que se valem da tortuosidade dos ritos processuais.
 - (B) Costuma valer-se de algum desprezível detalhe técnico os causídicos que sabem tirar proveito da burocracia judicial.
 - (C) A tortuosidade dos caminhos judiciais acabam por ensejar um sem-número de distorções no andamento de um processo.
 - (D) Falhas nos julgamentos sempre haverão, mas a excessiva burocratização dos ritos jurídicos acaba por multiplicá-las.
 - (E) Não cabem aos defensores públicos, em geral mal remunerados e desmotivados, a responsabilidade integral por sua insegurança diante dos entraves burocráticos.

6. NÃO admite transposição para a voz passiva a seguinte construção:
- (A) O réu jamais admitiu a culpa.
 - (B) Entraves burocráticos dificultam a distribuição de justiça.
 - (C) Os mais cínicos colecionam “atestados de inocência”.
 - (D) Mas nem sempre isso acaba por ocorrer.
 - (E) Ele ignorou a importância dos detalhes.

7. Está correto o emprego do elemento sublinhado em:
- (A) De todo e qualquer réu assiste o direito da ampla defesa.
 - (B) O único apoio de que um acusado sem recursos pode contar é o de um defensor público.
 - (C) Encerrou-se um processo cujo o mérito sequer foi avaliado.
 - (D) Foi uma sentença estranha, cuja acabou por provocar grande descontentamento.
 - (E) É um rito tortuoso, de cuja burocracia os espertos tiram proveito.

8. Está clara e correta a redação da frase:
- (A) Nada se garante quanto a justiça, graças ao excesso de burocracia onde caracteriza-se o andamento dos processos.
 - (B) Através de recursos baixos, evita-se que um notório corrupto se distinga de um homem honesto, embora a recíproca não seja verdadeira.
 - (C) A reincidência do réu em atos de corrupção nada significou para o juiz, que se mostrou mais preocupado com minúcias técnicas do processo.
 - (D) Tanto mais burocracia, quanto maior a possibilidade de que se ofereça entraves para um julgamento proveitoso e com isenção de um caso.
 - (E) Pode ocorrer má-fé e oportunismo, nos casos aonde existem brechas para que esses venham a imperar, desde que a burocracia lhes facilite.

9. O advogado de defesa encaminhou uma apelação. Para fundamentar a apelação, organizou a apelação numa progressão de itens bem articulados. Ainda assim, recusaram a apelação os juízes do Supremo, que consideraram a apelação inconsistente de todo.

Evitam-se as abusivas repetições do período acima substituindo-se os elementos sublinhados, respectivamente, por:

- (A) fundamentá-la - organizou-lhe - recusaram a ela - consideraram-na
- (B) fundamentá-la - organizou-a - recusaram-na - a consideraram
- (C) fundamentar a ela - a organizou - recusaram-lhe - lhe consideraram
- (D) fundamentar-lhe - organizou-lhe - recusaram-na - a consideraram
- (E) a fundamentar - organizou-a - recusaram-lhe - consideraram-na

10. A grafia de todas as palavras está correta na frase:
- (A) A sentença foi exarada sem que o juiz sequer vislumbresse os subterfúgios de que lançou mão o pertinaz advogado de defesa.
 - (B) A alta incidência de erros judiciais constitui – ou deveria constituir – um alerta para que nossos juristas analisem com mais sensatez os ritos processuais.
 - (C) Acabam sofrendo discriminação, nos julgamentos, os réus mais pobres, assistidos por advogados pagos irrizoriamente pelo herário público.
 - (D) Um advogado honesto deve sentir-se pezaroso por ter de enfrentar a malícia de pares seus, que chegam a se gabar por ganharem uma causa inescrupulosamente.
 - (E) É no fringir dos ovos – na hora da sentença – que se verá se o juiz se deixou ou não coptar pela argumentação falaciosa do esperto advogado.

Atenção: As questões de números 11 a 20 referem-se ao texto que segue.

Limites das cotas

As regras anunciadas pela UnB (Universidade de Brasília) para seu programa de cotas raciais para negros e pardos dão bem a medida da inconsistência desse sistema. Os candidatos que pretendem beneficiar-se das cotas serão fotografados “para evitar fraudes”.

Uma comissão formada por membros de movimentos ligados à questão da igualdade racial e por “especialistas no tema” decidirá se o candidato possui a cor adequada para usufruir da prerrogativa.

Para além do fato de que soa algo sinistra a criação de comissões encarregadas de avaliar a “pureza racial” de alguém, faz-se oportuno lembrar que, pelo menos para a ciência, o conceito de raça não é aplicável a seres humanos. Os recentes avanços no campo da genômica, por exemplo, já bastaram para mostrar que pode haver mais diferenças genéticas entre dois indivíduos brancos do que entre um branco e um negro. (...)

Esta Folha se opõe à política de cotas por entender que nenhuma forma de discriminação, nem mesmo a chamada discriminação positiva, pode ser a melhor resposta para o grave problema do racismo. A filosofia por trás das cotas é a de que se pode reparar uma injustiça através de outra, manobra que raramente dá certo. (...)

(Folha de S. Paulo. 22/03/2004, p. A-2)

<p>11. No verbete editorial, do dicionário Houaiss, lê-se a seguinte definição:</p> <p><i>Artigo em que se discute uma questão, apresentando o ponto de vista do jornal, da empresa jornalística ou do redator-chefe.</i></p> <p>Baseando-se nessa definição, é correto afirmar que o texto Limites das cotas é, de fato, um editorial, uma vez que</p> <p>(A) a matéria de que trata é indiscutivelmente polêmica e vem despertando o interesse de boa parte dos leitores.</p> <p>(B) nele se analisam, de modo isento e equilibrado, as razões de duas abordagens divergentes de uma mesma questão.</p> <p>(C) há nele uma explicitação inequívoca do seu caráter opinativo, que deixa claro um posicionamento do veículo de informação.</p> <p>(D) se trata de uma matéria jornalística não assinada, fato que é suficiente para caracterizar a imparcialidade na análise de uma questão.</p> <p>(E) há nele uma tentativa de levantamento das diferentes e contraditórias opiniões dos redatores de um órgão da imprensa.</p>	<p>15. A expressão com o qual completa corretamente a lacuna da frase:</p> <p>(A) A avaliação do que seja ou não uma discriminação racista é um desses casos polêmicos é difícil haver unanimidade.</p> <p>(B) A iniciativa de se fotografar os candidatos faz parte de um sistema muita gente já manifestou discordância.</p> <p>(C) O sistema de cotas raciais, se analisou neste texto, vem dividindo a opinião pública.</p> <p>(D) O sistema anunciado pela UnB, critério é repellido pela Folha, é tido como racista e inconsistente.</p> <p>(E) A UnB já anunciou seu sistema de identificação racial, nem mesmo alguns interessados na questão chegam a concordar.</p>
<p>12. A seguinte afirmação é apresentada como um fato objetivo:</p> <p>(A) (...) <i>pele menos para a ciência, o conceito de raça não é aplicável a seres humanos.</i></p> <p>(B) <i>As regras anunciadas pela UnB (...) dão bem a medida da inconsistência desse sistema.</i></p> <p>(C) (...) <i>soa algo sinistra a criação de comissões encarregadas de avaliar a "pureza racial".</i></p> <p>(D) (...) <i>nenhuma forma de discriminação, nem mesmo a chamada discriminação positiva, pode ser a melhor resposta para o grave problema do racismo.</i></p> <p>(E) <i>A filosofia por trás da política das cotas é a de que se pode reparar uma injustiça através de outra, manobra que raramente dá certo.</i></p>	<p>16. A pontuação está inteiramente adequada na frase:</p> <p>(A) Para evitar fraudes, serão fotografados, todos os candidatos que pretendem beneficiar-se das cotas segundo as regras anunciadas pela UnB.</p> <p>(B) Manobra que raramente dá certo, é a de que se pode reparar uma injustiça por meio de outra, eis a filosofia, por trás das cotas.</p> <p>(C) No campo da genômica, já se avançou o suficiente para provar que entre dois indivíduos brancos pode haver mais diferenças que entre um branco e um negro.</p> <p>(D) A Folha acha, que até mesmo a discriminação positiva, não deixa de ser um tipo de preconceito, não devendo portanto, funcionar como critério de seleção.</p> <p>(E) Afinal; trata-se ou não de se avaliar "pureza racial", se o critério a ser seguido é o de tirar fotografia; e isso num país com uma grande massa de mestiços.</p>
<p>13. No segundo parágrafo, busca-se sutilmente indicar o contra-senso das medidas a serem tomadas pela comissão de avaliação, aproximando-se as expressões conflitivas</p> <p>(A) <i>igualdade racial e membros de movimentos.</i></p> <p>(B) <i>Uma comissão decidirá e membros de movimentos.</i></p> <p>(C) <i>membros de movimentos e "especialistas no tema".</i></p> <p>(D) <i>igualdade racial e cor adequada para usufruir da prerrogativa.</i></p> <p>(E) <i>igualdade racial e especialistas no tema.</i></p>	<p>17. É preciso corrigir a redação confusa e incorreta da seguinte frase:</p> <p>(A) São bem estranhos os critérios adotados pela UnB para selecionar os candidatos às vagas correspondentes às cotas raciais para negros e pardos.</p> <p>(B) Ainda que se tirem fotografias, muito candidato a essas vagas haveriam de pleitear uma nova seção de fotos, alegando que fossem prejudicados.</p> <p>(C) Soou sinistro, para a Folha, esse critério de se levar em conta a "pureza racial", mormente num país com uma incidência tão alta de mestiçagem.</p> <p>(D) Pelo que se pode depreender da leitura do texto, a Folha não considera qualquer tipo de critério racial como um parâmetro justo para a reserva de cotas na universidade.</p> <p>(E) Talvez seja tolice você deixar de considerar as tantas formas de discriminação que há no Brasil; a questão é como enfrentá-las e solucioná-las.</p>
<p>14. Os candidatos que pretendem beneficiar-se das cotas serão fotografados.</p> <p>Na frase acima, há uma correta articulação entre os tempos verbais de <i>pretendem</i> e <i>serão</i>. Alterando-se esses tempos, uma correta articulação ocorreria entre as formas</p> <p>(A) <i>pretenderiam</i> e <i>terão sido</i>.</p> <p>(B) <i>pretendessem</i> e <i>seriam</i>.</p> <p>(C) <i>pretenderam</i> e <i>tivessem sido</i>.</p> <p>(D) <i>pretendam</i> e <i>foram</i>.</p> <p>(E) <i>pretendiam</i> e <i>sejam</i>.</p>	

18. Quanto à utilização ou não do sinal de crase, a frase inteiramente correta é:

- (A) Em meio às vagas oferecidas pelo sistema de cotas, muitas haverão de ir para brancos, mesmo, pois não faltará quem as pleiteie alegando a mestiçagem.
- (B) A política à que se opõe a Folha é à de combater uma discriminação com outra, àquela segundo a qual só os negros e pardos têm as vagas garantidas.
- (C) Será que daqui à uma década ainda estaremos a titubear na administração da insuficiência de vagas, ou já teremos chegado à um bom termo?
- (D) Sempre é oportuna a lembrança de que a genômica tem chegado à uma série de convicções que põem por terra a teoria de uma raça pura.
- (E) Parece que estamos à atravessar um momento crucial de nossa história, quando velhas contas estão à pagar, sem haver quem as resgate.

19. Estão corretos o emprego e a flexão de todos os verbos na frase:

- (A) O conselho ouve por bem estribar-se no critério racial para preencher as vagas na sua universidade.
- (B) Não se sabe se diminue ou não, drasticamente, o número de negros e pardos que permanecerão alijados do sistema universitário.
- (C) Quem se opor à política de cotas haverá de imaginar alguma outra saída, que tanto favoreça os negros e os pardos como também os brancos pobres.
- (D) Aqueles que sempre reteram as vagas não haverão de concordar com o novo sistema, pelo qual o critério racial se sobreponhe ao do mérito.
- (E) Constitui um recente avanço na ciência o fato de que a genômica não institui qualquer modelo de raça pura, por absoluta falta de evidência.

20. O verbo entre parênteses deverá flexionar-se no plural para preencher corretamente a lacuna da frase:

- (A) Será que algum de nós não (**gostar**) de observar de perto aquela seleção com base nas fotos?
- (B) Não se (**dever**) levar em conta qualquer um desses critérios, pois todos parecem fora de propósito.
- (C) Uma vez (**criar**), essa comissão de encarregados será a responsável pela seleção dos candidatos.
- (D) A menos que se (**proclamar**) acima da lei, deveriam os selecionadores submeter-se a um debate mais profundo.
- (E) Quando se (**preservar**) uma injustiça, para tentar demolir outra, o princípio justo continua sendo ofendido.

Atenção: As questões de números 21 a 30 referem-se ao texto que segue.

Interação

Você eu não sei, mas um dos meus terrores é o teatro interativo. A possibilidade de acabar no palco, ou alguém do palco acabar no meu colo. Sei que a interação com o público é uma antiga tradição teatral. No teatro grego, não era raro alguém da platéia avisar ao Édipo que aquela era a sua mãe, forçando o ator a se fingir de surdo para não estragar a trama. Contam que alguns vilões de Shakespeare chegavam a interromper suas falas para responder aos insultos mais pesados do público, embora não haja registro de que algum tenha usado sua espada para silenciar alguém.

Em todos esses casos, a iniciativa era da platéia. Foi com o teatro de revista que a participação do público começou a ser incentivada do palco. Mas a não ser por uma eventual corista querendo tirá-lo para dançar ou alguma piada dirigida à sua careca, os espectadores da primeira fila não tinham muito o que temer.

Certamente nada parecido com o que viria com o teatro moderno, quando as primeiras filas se transformaram em áreas de exposição ao vexame – quando não à matéria orgânica. Quando, por assim dizer, o palco contra-atacou.

Ir ao teatro virou uma tortura e as primeiras filas um tormento. Você nunca sabe o que espirrará em você, ou se a mulher nua que sentará no seu colo não começará a morder sua orelha, ou não será um homem. Ou se você não será arrastado para o palco, despido e lambido por todo o elenco.

Dei para pedir lugar nas últimas filas do teatro, longe das ameaças. E se me avisam que eu terei a visão do palco obstruída, digo “melhor!”. Não ver o palco significa que não me verão do palco.

(Luis Fernando Veríssimo, **Banquete com os deuses**)

21. Atente para as seguintes afirmações:

- I. O que mais assusta o autor do texto é a possibilidade de que, durante uma peça, os espectadores passem a interferir na trama, advertindo os personagens dos perigos que os cercam.
- II. No teatro moderno, por vezes, exige-se da platéia uma participação direta na peça: essa possibilidade costuma deixar aterrorizado o autor do texto.
- III. Ao dizer que o “o palco contra-atacou”, o autor está-se referindo às reações dos espectadores gregos que obtinham pronta resposta por parte dos atores.

Em relação ao texto, está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

<p>22. Considerando-se o contexto, está corretamente traduzido o sentido de uma frase do texto em:</p> <p>(A) <i>para não estragar a trama</i> = para não comprometer a narrativa original.</p> <p>(B) <i>a iniciativa era da platéia</i> = a proposição motivava o elenco.</p> <p>(C) <i>áreas de exposição ao vexame</i> = zonas de arrefecimento do entusiasmo.</p> <p>(D) <i>mas a não ser por uma eventual corista</i> = a menos que fosse uma simples soprano.</p> <p>(E) <i>tereí a visão do palco obstruída</i> = estarei prejudicando a visão do palco.</p>	<p>27. Está clara e correta a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) O teatro interativo já tem longa tradição, ainda que tão somente o público participasse antes, limitando-se um ou outro ator a reagirem diante das provocações que a origem estava na platéia.</p> <p>(B) Embora de longa tradição, o teatro interativo só modernamente deu vazão aos impulsos do palco, fazendo com que muitos espectadores ficassem vexados pelo fato de se expuserem às atenções gerais.</p> <p>(C) As ameaças, no teatro moderno, vêm de todo lado, sobretudo do palco, onde os atores o deixam para exigir a participação dos espectadores, embora os mais tímidos se sintam mais do que envergonhados.</p> <p>(D) É uma tortura, para um espectador introvertido, enfrentar os desafios do moderno teatro interativo, já que ele é promovido a ator do espetáculo sem que ninguém o haja consultado, nem ele consentido.</p> <p>(E) Não é de estranhar que, para se proteger, o autor reserve lugares bem atrás, até mesmo deixando de ter a melhor visão do palco, aonde devem vir as grandes ameaças do tal teatro interativo.</p>
<p>23. O termo interação, no texto, está sendo utilizado sobretudo para se referir</p> <p>(A) à preservação das funções milenares dos atores e do público.</p> <p>(B) a um tipo de desempenho que os atores têm, circunscrito ao palco.</p> <p>(C) à dinâmica de uma atuação na qual ator e espectador se confundem.</p> <p>(D) ao movimento do olhar do protagonista na direção do público.</p> <p>(E) à participação voluntária do público na seqüência das ações representadas.</p>	<p>28. Está correto o emprego da expressão sublinhada na frase:</p> <p>(A) Os vilões de Shakespeare, <u>cujas</u> falas incomodavam o público, por vezes mereciam deste violentos revides.</p> <p>(B) Intervenções do público ameaçavam comprometer a trama, <u>aonde seus</u> fios eram expostos aos gritos por um espectador mais afoito.</p> <p>(C) Esta é uma peça <u>cujos os</u> atores optaram por estabelecer um desempenho interativo, contando com o máximo interesse do público.</p> <p>(D) O temor do autor do texto deve-se à possibilidade <u>que</u> ele venha a ser levado a força ao palco.</p> <p>(E) Ao tempo de Shakespeare, <u>em cujo</u> as peças eram levadas diante de um grande público, eram comuns as réplicas do auditório.</p>
<p>24. A expressão <i>à matéria orgânica</i> deve ser entendida como um complemento de</p> <p>(A) <i>nada parecido com.</i></p> <p>(B) <i>com o que viria.</i></p> <p>(C) <i>ao vexame.</i></p> <p>(D) <i>áreas de exposição.</i></p> <p>(E) <i>se transformaram.</i></p>	<p>29. Está correta a articulação entre os tempos verbais na frase:</p> <p>(A) Um dos maiores terrores que costumam preocupar um espectador tímido terá sido a sua forçada participação no próximo espetáculo.</p> <p>(B) Não era raro alguém no teatro shakespereano vier a interromper a peça dirigindo insultos ao vilão.</p> <p>(C) Há quem se sente na última fila do teatro para que o não o vissem do palco e não o incomodassem.</p> <p>(D) O autor do texto certamente já assistiu a peças em que mulheres despidas se valeriam da condição de atrizes para terem ido humilhar um pobre tímido.</p> <p>(E) A menos que se prepare espiritualmente, um espectador mais introvertido não suportará as provocações que vierem do palco.</p>
<p>25. Transpondo-se para a voz passiva o segmento sublinhado em <i>não haja registro de que algum <u>tenha usado</u> sua espada para silenciar alguém</i>, a forma resultante será</p> <p>(A) fosse usada.</p> <p>(B) usasse.</p> <p>(C) tivesse usado.</p> <p>(D) tinha sido usada.</p> <p>(E) tenha sido usada.</p>	<p>30. A grafia de todas as palavras está correta em:</p> <p>(A) Há quem assista com displiscência as peças de teatro interativo, sem levar para casa nenhuma masela.</p> <p>(B) A protagonização de uma peça de Shakespere exige um ator bem forjado em inúmeras representações trágicas.</p> <p>(C) O que o autor do texto teme é a promiscuidade entre palco e público, difundida no teatro moderno à guisa de interação.</p> <p>(D) Não é prazeiroso ser conduzido à força ao palco, ao menos para as expectativas de um espectador comum, que prefere manter-se sijiloso, na escuridão.</p> <p>(E) Antigamente o procênio reservava-se aos grandes atores; hoje, ocupa-o um cidadão qualquer, transvestido de estrela da companhia.</p>
<p>26. Atente para as seguintes frases:</p> <p>I. Toda vez que vou a um teatro interativo, fico atemorizado.</p> <p>II. Não gosto muito de atores, que costumam ser extravagantes.</p> <p>III. Fiquei na última fila, para evitar maiores ameaças.</p> <p>A supressão da vírgula altera o sentido somente do que está em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) II.</p> <p>(C) III.</p> <p>(D) I e II.</p> <p>(E) II e III.</p>	

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO ADMINISTRATIVO**

31. Dentre as formas de classificação dos órgãos públicos, diz-se que são compostos aqueles que
- (A) são constituídos por um só centro de competência, os quais podem ser identificados com o cargo de seu agente.
- (B) se identificam sempre como unipessoais, cuja atuação e decisão é atribuída a um único agente, que é o seu representante.
- (C) têm a sua atuação e decisão sempre decorrentes da manifestação conjunta e majoritária da vontade de seus membros.
- (D) reúnem em sua estrutura outros órgãos menores, com função principal idêntica, realizando a atividade-fim de maneira desconcentrada.
- (E) detêm poderes de direção, controle, decisão e comando dos assuntos de sua competência específica.
-
32. A pena de advertência será aplicada por escrito, dentre outras situações, nos casos de violação da proibição de
- (A) retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição e utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em atividades particulares.
- (B) ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato ou manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil.
- (C) recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado, ou proceder de forma desidiosa para com suas atribuições legais.
- (D) aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro e promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição.
- (E) opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo e praticar usura sob qualquer de suas formas.
-
33. No que concerne aos princípios administrativos, é INCORRETO afirmar que
- (A) o princípio da moralidade impõe ao administrador o dever de, além de obedecer à lei jurídica, regrar suas condutas funcionais de acordo com a lei ética e em consonância com regras tiradas da disciplina interior da Administração, posto que nem tudo o que é legal é honesto.
- (B) a busca pelo aperfeiçoamento na prestação de serviços públicos, exigindo do administrador resultados positivos que atendam às necessidades da comunidade e seus membros, caracteriza o princípio da eficiência.
- (C) o princípio da impessoalidade obriga a Administração Pública a agir de modo imparcial em relação aos administrados, bem como proíbe a promoção pessoal de autoridade ou servidores públicos sobre suas realizações.
- (D) os princípios administrativos previstos constitucionalmente representam uma relação meramente exemplificativa de dogmas que deverão ser obrigatoriamente observados pelo administrador público.
- (E) o Poder Público pode criar obrigações ou impor vedações aos administrados, independentemente da existência de lei prévia.
-
34. As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de
- (A) um e dois anos de efetivo exercício, respectivamente, a partir da data da aplicação da penalidade, mas o respectivo cancelamento não terá efeito retroativo.
- (B) três anos de exercício, desde que nesse período o servidor não pratique nova infração disciplinar da mesma espécie, retroagindo os efeitos do cancelamento à data do respectivo fato.
- (C) três e cinco anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar, sendo que o respectivo cancelamento não surtirá efeitos retroativos.
- (D) cinco anos de exercício, contados da data da aplicação da penalidade, no caso do servidor não praticar nova infração nesse período, mas o cancelamento surtirá efeitos somente quanto à advertência.
- (E) cinco anos de efetivo exercício, a partir da publicação do ato punitivo, sendo que o correspondente cancelamento acarretará a supressão das anotações no prontuário do servidor.
-
35. A respeito dos instrumentos de invalidação dos atos administrativos, é correto afirmar que
- (A) a revogação é ato discricionário pelo qual a Administração extingue um ato válido, por razões de conveniência e oportunidade; já a anulação decorre de ilegalidade, podendo ser feita pela Administração como também pelo Poder Judiciário.
- (B) a revogação é ato vinculado, praticado apenas pela Administração; por sua vez, a anulação é da competência exclusiva do Poder Judiciário, gerando efeitos retroativos.
- (C) a revogação somente poderá ser praticada pela Administração em decorrência de vício por ilegalidade; em contrapartida, a anulação será declarada por decisão judicial, quando presentes razões de conveniência e justiça.
- (D) a revogação deverá ser praticada pela Administração quando presentes razões pertinentes ao desvio da finalidade; por sua vez, a anulação do ato administrativo somente poderá ser efetuada pela Administração, tendo em vista razões de conveniência e oportunidade.
- (E) a revogação pelo Judiciário é ato vinculado, quando presentes questões de justiça e interesse público; já a anulação pela Administração Pública constitui forma de invalidação em decorrência de excesso do poder.

<p>36. Em matéria de controle judicial da Administração, analise as seguintes assertivas:</p> <p>I. a retificação de dados quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.</p> <p>II. sempre que o indivíduo sofrer ou se achar em iminente perigo de sofrer violência, por ilegalidade.</p> <p>III. a falta de norma regulamentadora tornar inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais.</p> <p>IV. quando qualquer pessoa sofrer lesão ou ameaça de lesão a direito líquido e certo.</p> <p>Essas hipóteses correspondem, respectivamente, ao</p> <p>(A) mandado de injunção, <i>habeas corpus</i>, mandado de segurança e <i>habeas data</i>.</p> <p>(B) <i>habeas data</i>, <i>habeas corpus</i>, mandado de injunção e mandado de segurança.</p> <p>(C) mandado de segurança, <i>habeas data</i>, <i>habeas corpus</i> e mandado de injunção.</p> <p>(D) <i>habeas corpus</i>, mandado de segurança, <i>habeas data</i> e mandado de injunção.</p> <p>(E) mandado de injunção, mandado de segurança, <i>habeas data</i> e <i>habeas corpus</i>.</p>	<p>39. É certo que, se o Presidente da República praticar uma infração penal comum e a denúncia for recebida pelo</p> <p>(A) Senado Federal, ficará suspenso de seus direitos políticos.</p> <p>(B) Congresso Nacional, será declarado seu <i>impeachment</i>.</p> <p>(C) Superior Tribunal de Justiça, ficará impedido do exercício do cargo.</p> <p>(D) Câmara dos Deputados, será declarada a perda de seus direitos políticos.</p> <p>(E) Supremo Tribunal Federal, ficará suspenso de suas funções.</p>
<p style="text-align: center;">DIREITO CONSTITUCIONAL</p> <p>37. Em matéria de nacionalidade, é certo que</p> <p>(A) os cargos de Ministro e de oficial das Forças Armadas, entre outros, podem ser providos tanto por brasileiros natos como naturalizados.</p> <p>(B) a naturalização tem natureza jurídica de um convênio de direito privado, classificado como unilateral, oneroso e internacional.</p> <p>(C) aos brasileiros natos e naturalizados não se aplica rigorosamente o princípio da isonomia, porque a lei ordinária pode estabelecer distinção entre ambos.</p> <p>(D) a Constituição Federal vigente reconhece somente a naturalização expressa, não havendo, pois, qualquer hipótese de naturalização tácita.</p> <p>(E) o brasileiro pode perder sua nacionalidade quando tiver cancelada sua naturalização por decisão judicial ou administrativa federal.</p>	<p>40. É INCORRETA a afirmação de que o Magistrado</p> <p>(A) será recolhido a sala especial de Estado-Maior desde que haja ordem escrita do Órgão Especial competente, quando sujeito à prisão antes do julgamento final.</p> <p>(B) não está sujeito à notificação ou intimação para comparecimento, salvo se expedida por autoridade judicial.</p> <p>(C) não pode fazer juízo depreciativo sobre despachos, votos ou sentenças de órgãos judiciais, inclusive a crítica nos autos e obras literárias.</p> <p>(D) deverá ser ouvido como testemunha somente em dia, hora e local previamente ajustados com Juiz de instância igual ou inferior.</p> <p>(E) não será preso senão por ordem escrita do Órgão Especial competente para o julgamento, salvo em flagrante por crime inafiançável.</p>
<p>38. O fato de permanecer calado, quando qualquer pessoa, na condição de indiciado, réu ou co-réu, deva ser interrogado perante os órgãos competentes, constitui</p> <p>(A) privilégio contra a auto-incriminação, traduzindo um direito público subjetivo da pessoa.</p> <p>(B) o princípio do juiz natural, implicando em direito público do inquiridor e inquirido.</p> <p>(C) garantia à integridade física e moral dessas pessoas resultante de um direito privado das partes.</p> <p>(D) o princípio da presunção da inocência, visto que a pessoa não pode ser considerada culpada antes de sua condenação.</p> <p>(E) prerrogativa da personalização da pena, implicando em direito objetivo do inquirido.</p>	<p>41. No que diz respeito aos Tribunais Regionais Federais e Juizes Federais, considere</p> <p>I. As competências da Justiça Federal e da Justiça Comum vêm taxativamente previstas no texto constitucional vigente, sendo que as competências das demais Justiças são subsidiárias.</p> <p>II. Aos Tribunais Regionais Federais não se aplica a regra do quinto constitucional, por ser prerrogativa dos Tribunais dos Estados.</p> <p>III. Caberá aos Tribunais Regionais Federais processar e julgar originariamente os juizes federais da área de sua jurisdição, incluídos os da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho, nos crimes de responsabilidade.</p> <p>IV. Ao juiz federal compete processar e julgar também as causas em que a entidade autárquica da União for interessada na condição de assistente, exceto, entre outras, as de falência.</p> <p>V. As causas em que a União for autora serão aforadas na seção judiciária onde tiver domicílio a outra parte, e quando for ré, poderão ser aforadas na seção judiciária em que for domiciliado o autor.</p> <p>Nesses casos, é correto APENAS o que consta em</p> <p>(A) I, II e IV.</p> <p>(B) I e V.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II, III e IV.</p> <p>(E) III, IV e V.</p>

42. No processo legislativo, considerando as proposições apresentadas com exclusividade pelos parlamentares como acessórias de outras, a exemplo daquelas que
- I. são apresentadas como sucedâneo a parte de outra proposição, quando a alterar substancial ou formalmente, em seu conjunto.
 - II. resultam da fusão de outras emendas, ou destas com o texto original, por transação tendente a aproximação dos respectivos objetos.
 - III. alteram a proposição sem a modificar substancialmente.
- Essas proposições denominam-se, respectivamente, emendas
- (A) substitutivas, aglutinativas e modificativas.
 - (B) supressivas, aditivas e substitutivas.
 - (C) aditivas, substitutivas e de redação.
 - (D) aglutinativas, modificativas e substitutivas.
 - (E) aditivas, supressivas e de redação.

DIREITO CIVIL

43. Em razão de obras de restauração de uma igreja, foram cuidadosamente retirados da parede azulejos portugueses do Século XVIII, para tratamento da umidade e posterior recolocação. Durante as obras, enquanto separados do prédio da igreja, tais azulejos são bens
- (A) móveis, infungíveis e consumíveis.
 - (B) imóveis, infungíveis e inconsumíveis.
 - (C) móveis, fungíveis e consumíveis.
 - (D) imóveis, fungíveis e inconsumíveis.
 - (E) móveis, fungíveis e inconsumíveis.

44. São pessoas jurídicas de direito público interno as
- (A) sociedades.
 - (B) associações em geral.
 - (C) associações autorizadas pelo Poder Executivo.
 - (D) autarquias.
 - (E) fundações.

45. A respeito das pessoas naturais, é certo que
- (A) os ébrios habituais, os viciados e os pródigos são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.
 - (B) a personalidade civil da pessoa começa com a concepção e termina com a morte, ainda que presumida, com ou sem declaração da ausência.
 - (C) os excepcionais sem desenvolvimento mental completo são incapazes relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer.
 - (D) a menoridade cessa aos 21 anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.
 - (E) a declaração da morte presumida só poderá ser requerida se alguém, desaparecido em campanha, não for encontrado até 2 anos após o término da guerra.

46. Tendo em conta o disposto no Código Civil vigente a respeito dos prazos prescricionais, é INCORRETO afirmar que prescreve em
- (A) 2 anos a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que vencerem.
 - (B) 3 anos a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos.
 - (C) 4 anos a pretensão relativa à tutela, a contar da data de aprovação das contas.
 - (D) 5 anos a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.
 - (E) 20 anos a ação sempre que a lei não haja fixado prazo menor.

47. Analise as afirmativas referentes à posse:
- I. Considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade.
 - II. A posse direta de pessoa que tem a coisa em seu poder, temporariamente, em virtude de direito pessoal, ou real, não anula a indireta, de quem aquela foi havida, mas o possuidor direto não pode defender sua posse contra o indireto.
 - III. Considera-se de má fé a posse quando há vício ou obstáculo que impeça a aquisição da coisa, mesmo que esse vício ou obstáculo seja ignorado pelo possuidor.
 - IV. Considera-se detentor aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) I, II e IV.
 - (C) I e IV.
 - (D) II e III.
 - (E) II, III e IV.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

48. Nos termos do Código de Processo Civil, incumbe ao Oficial de Justiça, dentre outras atividades,
- (A) comparecer às audiências e auxiliar o juiz na manutenção da ordem.
 - (B) exercer função remunerada, como auxiliar eventual, por necessidade técnica do juiz.
 - (C) redigir ofícios, mandados e cartas precatórias.
 - (D) fornecer certidão de quaisquer atos ou termos do processo.
 - (E) exercer a guarda dos bens objeto de constrição judicial.

49. A respeito da solicitação de uma autoridade judiciária a outra, para a prática de atos processuais, é certo afirmar que será feita por meio de
- (A) carta rogatória, quando destinada ao juiz subordinado ao tribunal que a emitir; carta de ordem, quando dirigida à autoridade judiciária estrangeira.
 - (B) carta de ordem, quando destinada ao juiz subordinado ao tribunal que a emitir; carta rogatória, quando dirigida à autoridade judiciária estrangeira.
 - (C) carta de ordem, quando destinada ao juiz subordinado ao tribunal que a emitir; carta precatória, quando dirigida à autoridade judiciária estrangeira.
 - (D) carta rogatória, quando destinada ao juiz subordinado ao tribunal que a emitir; carta precatória, quando dirigida à autoridade judiciária estrangeira.
 - (E) carta precatória, quando destinada ao juiz subordinado ao tribunal que a emitir; carta rogatória, quando dirigida à autoridade judiciária estrangeira.

50. Analise os itens abaixo:
- I. O recorrente não pode, sem a concordância da parte contrária, desistir do recurso.
 - II. O recorrente tem a obrigação de impugnar, nas razões recursais, todos os pontos decididos na sentença.
 - III. A parte pode renunciar ao direito de recorrer, independentemente da aceitação da parte contrária.
 - IV. Proferido o acórdão, o prazo recursal tem início a partir da publicação da respectiva súmula no órgão oficial.
- Estão corretas APENAS as afirmações contidas em
- (A) I e II.
 - (B) I e III.
 - (C) I e IV.
 - (D) II e III.
 - (E) III e IV.

51. No processo de execução fiscal regulado pela Lei nº 6.830, de 22.9.1980, consideradas as hipóteses de garantia da execução por meio de depósito em dinheiro ou mediante apresentação de fiança bancária, o prazo para oposição de embargos é
- (A) de 10 dias, contados da data do depósito ou da data da juntada da carta de fiança nos autos da execução.
 - (B) de 10 dias, contados da data da juntada do comprovante do depósito, ou da carta de fiança, nos autos da execução.
 - (C) de 30 dias, contados da data da juntada, nos autos da execução, do comprovante do depósito, ou da carta de fiança.
 - (D) de 30 dias, contados da data do depósito ou da data da juntada da carta de fiança nos autos da execução.
 - (E) de 30 dias, contados da data do depósito ou da data de emissão da carta de fiança.

52. São da competência do Juizado Especial Federal Cível as causas que versarem sobre
- (A) execuções fiscais, respeitado o valor de alçada fixado em lei.
 - (B) anulação de ato administrativo federal, de qualquer natureza.
 - (C) execução forçada de sentenças nele proferidas.
 - (D) improbidade administrativa.
 - (E) bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, respeitado o valor de alçada fixado em lei.

DIREITO PENAL

53. Maria, inconformada com a vitória de Paulo nas eleições para a prefeitura de São João da Aldeia, deu causa a ação de improbidade administrativa em face de Paulo, imputando-lhe desvio de verba pública, sabendo da sua inocência. Maria cometeu crime de
- (A) comunicação falsa de crime.
 - (B) denúncia caluniosa.
 - (C) auto-acusação falsa.
 - (D) fraude processual.
 - (E) exercício arbitrário das próprias razões.

54. Com relação à eficácia da Lei Penal no espaço, considere:
- I. aplica-se a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de aeronaves estrangeiras de propriedade privada, achando-se em pouso no território nacional ou em voo no espaço aéreo brasileiro.
 - II. aos crimes praticados em embarcações brasileiras, de natureza pública, que se encontrarem em porto estrangeiro, será aplicada a lei do país em que a embarcação estiver aportada.
 - III. aos crimes cometidos a bordo de embarcações mercantes ou de propriedade privada brasileira, que se acharem em alto-mar, será aplicada a lei brasileira.
- É correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) I e III.
 - (C) II.
 - (D) II e III.
 - (E) III.

55. Mário, revoltado com a conduta do diretor de sua empresa, numa assembléia geral chamou-o de “safado” e, em outra, chamou-o de “ladrão”. Mário cometeu crimes de
- (A) injúria.
 - (B) calúnia.
 - (C) difamação.
 - (D) injúria e calúnia, respectivamente.
 - (E) difamação e calúnia, respectivamente.

56. Com relação aos crimes hediondos, é INCORRETO afirmar que
- (A) o juiz decidirá fundamentadamente se o réu poderá aguardar em liberdade, em caso de sentença condenatória.
 - (B) os crimes hediondos são insuscetíveis de anistia.
 - (C) os crimes hediondos são insuscetíveis de graça e indulto.
 - (D) o crime de epidemia com resultado morte não é considerado crime hediondo.
 - (E) a pena pela prática de crime hediondo será cumprida integralmente em regime fechado.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

57. Compete ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), dentre outras atribuições, processar e julgar originariamente, nas infrações penais comuns, os
- (A) Comandantes do Exército.
 - (B) Ministros de Estado.
 - (C) Comandantes da Marinha.
 - (D) chefes de missão diplomática de caráter permanente.
 - (E) membros dos Tribunais de Contas dos Municípios.

58. O ato jurisdicional, por meio do qual o Magistrado rejeita a denúncia oferecida pelo Ministério Público, é
- (A) uma sentença definitiva.
 - (B) uma decisão interlocutória mista não terminativa.
 - (C) uma decisão interlocutória mista terminativa.
 - (D) uma decisão interlocutória simples.
 - (E) um despacho.

59. A respeito dos sujeitos do processo penal brasileiro, é INCORRETO afirmar que
- (A) o réu poderá indicar seu defensor constituído por ocasião do interrogatório judicial, mas a validade dessa indicação dependerá de ulterior juntada de instrumento de mandato.
 - (B) o juiz exerce atividade administrativa, além da função jurisdicional, com o objetivo de assegurar a ordem no decorrer do processo, podendo requisitar o concurso da polícia.
 - (C) o Ministério Público, não obstante seja parte no processo, acusador e titular da pretensão punitiva, pode postular a absolvição do acusado.
 - (D) o assistente de acusação pode ser admitido em qualquer fase do processo, porém receberá a causa no estado em que se encontre, não podendo intervir em fases processuais pretéritas.
 - (E) se o acusado não o tiver, ser-lhe-á nomeado defensor pelo juiz, ressalvado o seu direito de, a todo tempo, constituir outro de sua confiança ou exercer a própria defesa, caso tenha habilitação.

60. A respeito do *habeas corpus*, analise as afirmativas:
- I. Considerando o Princípio da Iniciativa das Partes, os juízes e os tribunais não podem expedir de ofício ordem de *habeas corpus*, quando no curso de processo verificarem que alguém sofre ou está na iminência de sofrer constrangimento ilegal.
 - II. Da decisão que concede ordem de *habeas corpus*, proferida em única ou última instância pelos Tribunais dos Estados, cabe recurso ordinário constitucional para o Superior Tribunal de Justiça.
 - III. Quando ainda não há constrangimento ilegal à liberdade de locomoção, mas apenas perigo iminente a essa liberdade, tendo o *habeas corpus* caráter preventivo, será expedido um salvo-conduto, assinado pela autoridade judiciária competente.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) I e III.
 - (C) II.
 - (D) II e III.
 - (E) III.

61. A respeito da prisão preventiva, é certo que só pode ser decretada
- (A) para conveniência da instrução criminal, quando o réu não tiver residência fixa, nem profissão definida.
 - (B) a requerimento do Ministério Público e até o encerramento da instrução criminal.
 - (C) para garantia da ordem pública e para acautelar o meio social e a própria credibilidade da Justiça.
 - (D) quando houver prova da existência do crime e indícios suficientes da autoria.
 - (E) para garantir a incolumidade do acusado, com o propósito de assegurar o futuro cumprimento da pena.

DIREITO TRIBUTÁRIO

62. Dentre outras, NÃO são modalidades de extinção do crédito tributário
- (A) a compensação, a remissão, a conversão do depósito em renda e a transação.
 - (B) o depósito do seu montante integral, a isenção, a imunidade e a anistia.
 - (C) a decisão judicial passada em julgado, a dação em pagamento de bens imóveis, a remissão e a transação.
 - (D) a prescrição, a compensação, a homologação do lançamento e a conversão do depósito em renda.
 - (E) a decadência, a decisão administrativa irreformável, a confusão e a dação em pagamento de bens imóveis.
63. Em tema de contribuição de melhoria, pode-se apontar, entre suas características, que
- (A) não há necessidade de verificar a valorização efetiva do imóvel, bastando a existência da obra.
 - (B) leva-se em conta a realização de obra pública, de serviços públicos, assim como o exercício regular do poder de polícia.
 - (C) sua cobrança prende-se a uma atuação estatal indireta e mediatamente referida ao contribuinte.
 - (D) é contraprestação de um serviço público, e não a recuperação do benefício auferido pelo proprietário do imóvel em razão da obra pública.
 - (E) é o tributo cujo fato gerador é periódico ou complexo e plúrimo ou presumido.

64. No que se refere à legislação tributária, considere :
- I. A fixação de alíquotas máximas do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).
 - II. Atos escritos das autoridades administrativas que complementam a lei ou o decreto regulamentar, com o objetivo de torná-lo aplicável e exeqüível, inclusive detalhando procedimentos e situações.
 - III. O estabelecimento de normas gerais em matéria tributária, a exemplo de obrigação e lançamento tributários.
- Tais situações são matérias, respectivamente, de
- (A) resoluções do Senado Federal, atos normativos e lei complementar.
 - (B) lei ordinária, práticas reiteradas e decretos regulamentares.
 - (C) medida provisória, decisões administrativas e convênios.
 - (D) atos normativos, lei delegada e resoluções do Senado Federal.
 - (E) decisões judiciais, lei complementar e lei ordinária.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

65. A seguridade social, de acordo com a Constituição, deve ser organizada de modo a que os benefícios e serviços previdenciários prestados às populações urbanas e rurais devem guardar relação de
- (A) equivalência e seletividade.
 - (B) seletividade e universalidade.
 - (C) irredutibilidade e distributividade.
 - (D) uniformidade e equivalência.
 - (E) universalidade e distributividade.

66. Considere as seguintes afirmativas:
- I. O financiamento da seguridade social provém, exclusivamente, das contribuições sociais.
 - II. A Constituição enumera taxativamente as fontes dos recursos destinados a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social.
 - III. São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.
 - IV. A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público, nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

67. A cobrança dos créditos da seguridade social, está sujeita ao prazo
- (A) decadencial de 10 anos, para apurar e constituir os créditos; bem como ao prazo prescricional de 10 anos, para cobrá-los.
 - (B) prescricional de 10 anos, para apurar e constituir os créditos; bem como ao prazo decadencial de 10 anos, para cobrá-los.
 - (C) decadencial de 10 anos, para apurar e constituir os créditos, bem como para cobrá-los.
 - (D) prescricional de 10 anos, para apurar e constituir os créditos, bem como para cobrá-los.
 - (E) decadencial de 5 anos, para apurar e constituir os créditos; bem como ao prazo prescricional de 5 anos, para cobrá-los.

DIREITO AMBIENTAL

68. No que diz respeito à ação civil pública, observa-se que ela NÃO será aplicável
- (A) por danos patrimoniais e morais causados por infração a ordem econômica.
 - (B) por danos patrimoniais causados a bens e direitos de valor artístico.
 - (C) por danos morais causados a direitos de valor turístico.
 - (D) para veicular pretensões que envolvam tributos.
 - (E) para veicular pretensões por danos morais causados ao interesse coletivo.

69. Constitui um dos crimes ambientais, a conduta de quem der causa à
- (A) ampliação ou reforma de estabelecimentos ou obras, potencialmente poluidoras.
 - (B) deterioração de instalação científica protegida por lei ou ato administrativo.
 - (C) produção de substância tóxica, perigosa ou nociva ao meio ambiente.
 - (D) execução de lavra ou extração de recursos minerais.
 - (E) alteração da estrutura de local protegido por lei em razão de seu valor etnográfico.

70. Tendo em vista a prática de delitos contra a flora, previstos na lei que trata dos crimes ambientais, a pena será aumentada de um sexto a um terço se essa infração penal for cometida
- (A) em período bem distante à queda das sementes.
 - (B) no período em que a vegetação já está formada.
 - (C) durante a noite, em domingo ou feriado.
 - (D) contra espécies comuns ou que não estejam ameaçadas de extinção.
 - (E) na época de precipitação pluviométrica e sem inundação.

